

Possibilidades e limites de inventariar o pensamento tradicional africano nos documentos da Ação Missionária Portuguesa na África, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Luciana Regina Pomari *

O objetivo deste trabalho está focado na possibilidade de estabelecer novas abordagens e temáticas para um aprofundamento da história da África, a partir de uma massa documental pouco conhecida. Trata-se dos documentos da Monumenta Missionária Africana. Esta volumosa documentação foi produzida pelos missionários cristãos, algumas autoridades da Igreja ou do Estado, assim como de alguns reis e rainhas africanos, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. São estes relatos uma larga porta para conhecer as dinâmicas culturais, os modelos de organização das sociedades tradicionais africanas e as transformações profundas, ocasionadas pela aceleração do fluxo escravista sob as demandas do comércio ultramarino europeu, junto aos costumes e práticas judiciais dos povos africanos. Defendemos que é possível retirar dessa documentação uma genealogia dos costumes, traços mentais, leis e práticas judiciais (como a Chay ou a Água Vermelha que são ordálios) forma característica de justiça vigente também na Europa Ocidental Medieval até que aparecesse a moderna justiça ancorada em provas. O melhor resultado desta pesquisa, é que mesmo tendo que escavar muitas camadas de entulho da intolerância, etnocentrismo e de obscurantismo da Igreja Católica, tem sido possível encontrar uma racionalidade africana própria, plástica e diversa em si, mesmo sendo os relatos escritos pelos padres, interpretes ou autoridades não africanas.

Palavras-chave: Escravidão; Ação Missionária na África; Leis e Costumes.

* Doutora em História. Professora da Universidade Estadual do Paraná, Unespar, campus de Paranavaí/PR.